

PETIÇÃO (MOD) CIVIL E PROC CIVIL**IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA**

MENOR — ÓRFÃO - MENOR IMPÚBERE**EMENTA**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE (qualificação), Cédula de Identidade/RG nº e CPF/MF nº, residente e domiciliado na Comarca de, por seu procurador adiante assinado, (qualificação), advogado inscrito na OAB/.... sob nº e CPF/MF nº, estabelecido na Rua nº, na Comarca de, onde recebe avisos e intimações, vem respeitosamente à presença de V. Exa., para com base no que dispõem os art. 1728 e 1732 do Código Civil Brasileiro e art. 36 do Estatuto da Criança e do Adolescente, pedir a TUTELA de, menor, para o que presta as seguintes informações: I - Em, faleceu, na Cidade de, o Sr., que foi casado em primeiras núpcias com, que falecera em II - O "de cujus" deixou os seguintes filhos: - A Requerente, já qualificada; - (qualificação), residente e domiciliado na Comarca de, e a menor -, nascida em, que se encontra sob a guarda de fato da Requerente desde o falecimento da mãe de ambas, Sra., em III - A Requerente está casada pelo regime de Comunhão Universal de Bens com (qualificação), residindo em casa própria, sita na Rua nº, na Comarca de, onde se encontra a menor e onde permanecerá sendo-lhe deferida a tutela. IV - O "de cujus" não deixou testamento, nem tutor designado para a menor A presente ação funda-se no disposto no art. 1731, II C.C., uma vez que a menor está sob a guarda provisória de sua irmã, ora Requerente. Junta a presente comprovantes de idoneidade moral e econômica e comprovante de propriedade do imóvel onde residem. Assim, face ao exposto e com base na legislação citada, REQUER à V. Exa., depois de ouvido o duto representante do Ministério Público, seja deferida a tutela pleiteada para que legalmente possa guardar e proteger os interesses da menor. O pai da menor,, vivia na Comarca de, em segunda núpcias, sendo que não foi possível, até o momento, apurar sobre a efetiva existência de bens. Considerando o presente fato, Requer também seja-lhe dispensada a especialização da hipoteca legal, nos termos do art. 37 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Pretende provar o alegado por todos os meios de prova em direito permitidos. Dá à presente causa, para efeitos fiscais, a importância de R\$ (....). Nestes Termos Pede Deferimento, de de Advogado